

A HERANÇA DO COLONIALISMO EDUCACIONAL NA EDUCAÇÃO DO CAMPO DE SÃO GABRIEL/RS.

Dinarte Teixeira Júnior[1]

Círculo de Saber: 05 – Organização do Trabalho Pedagógico na Educação do campo, das águas e das florestas

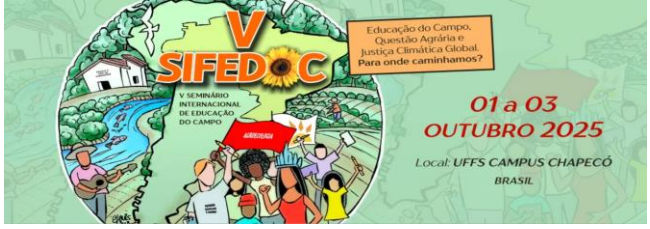
Resumo: O presente texto parte de inquietações despertadas no estudo da epistemologia das ciências humanas e da educação no Curso de Mestrado Profissional em Educação da UNIPAMPA – Jaguarão/RS. Trata da existência e dos efeitos maléficos de um potencial colonialismo educacional inserido no contexto da Educação do Campo do município de São Gabriel/RS. Com relevantes indícios que se acentuam no transcorrer de um gradativo processo de nucleação de pequenas escolas localizadas em comunidades rurais. O principal objetivo da pesquisa que se apresenta é de estudar impactos relacionados com o processo de colonialismo educacional na Educação do Campo de São Gabriel/RS. A metodologia empregada neste estudo apresenta uma abordagem qualitativa focada na profundidade dos dados, e utiliza como método de pesquisa a revisão de literatura acerca da temática em questão juntamente com a análise documental. Durante o curso da pesquisa o emprego desta metodologia permitiu que se confirmasse a hipótese inicial e apresentou resultados que demonstram claramente a presença de ações colonialistas no percurso histórico da Educação no espaço do Campo do município de São Gabriel/RS. De tal forma que foi possível concluir que tais ações resultam também em uma descontextualização da Educação do Campo no município, além de descaracterizar princípios básicos desta modalidade de ensino ao desconsiderar peculiaridades, especificidades e culturas locais em favor de interesses governamentais ou mesmo particulares. Evidenciando lacunas educacionais e carecendo de ações reparadoras no sentido de oferecer educação de qualidade aos sujeitos do campo de forma que seja ofertado a estes, um ensino contextualizado e alinhado com os diferentes contextos em que se inserem.

Palavras-chave: Colonialismo; Educação do Campo; São Gabriel/RS.

Introdução

No mestrado profissional em educação da UNIPAMPA/Jaguarão-RS, no estudo da epistemologia das ciências humanas e da educação, surge o interesse na investigação de indícios de um colonialismo educacional na Educação do Campo do município de São Gabriel/RS. Tais indícios dizem respeito a locais, períodos e intenções em que escolas foram criadas no município. Fenômeno que Oliveira (2020, p. 28), descreve ao interpretar as palavras de Paulo Freire:

[1] Discente do Mestrado Profissional em Educação da Universidade Federal do Pampa / UNIPAMPA – Jaguarão/RS. E-mail: dinartevirtual@yahoo.com.br



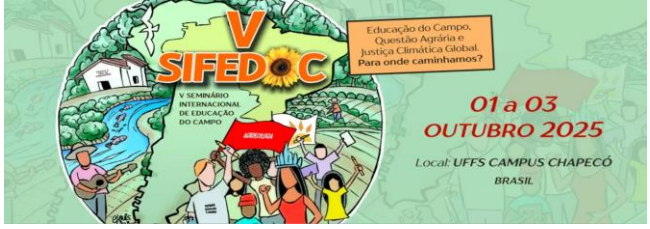
> Paulo Freire critica o processo de colonização que a população brasileira vivenciou historicamente, por meio da imposição da cultura dominante, que invisibilizou a cultura e efetivou a exclusão social de determinados segmentos populares, entre os quais os povos indígenas e afrodescendentes. Destaca que, neste momento histórico, as raízes culturais construídas foram de negação do povo, que perpassa pela não participação de grupos populares na vida pública como cidadãos, bem como pela invisibilidade de seus saberes e práticas culturais, existindo um etnocentrismo europeu pautado na superioridade ocidental e branca (Oliveira, 2020, p. 28).

Para delimitar o tema cabe mencionar que o texto se atém prioritariamente ao período do processo de nucleação das escolas do campo ocorrido no município. Neste processo foram fechadas 41 escolas multisseriadas, localizadas em comunidades rurais para a criação de 05 escolas com ensino fundamental completo em pontos considerados estratégicos pela gestão municipal (Pastório et al, 2015).

O estudo investiga um problema empírico identificado no cotidiano das escolas do campo, a partir de práticas docentes do pesquisador e suas observações, bem como das interações com outras instituições inseridas nessa realidade. O problema central da pesquisa é o processo de colonialismo educacional vivenciado pela Educação do Campo de São Gabriel/RS e seus respectivos efeitos nos contextos históricos e pedagógicos. O objetivo geral é estudar impactos do processo de colonialismo educacional na Educação do Campo de São Gabriel/RS. Os objetivos específicos são compreender a intencionalidade do processo de nucleação das escolas do campo de São Gabriel/RS e os principais interessados e estabelecer um diálogo sobre concepções teóricas da Educação do Campo e o processo de colonialismo observado.

O estudo parte da hipótese de que o cenário atual da Educação do Campo de São Gabriel/RS é resultado de um processo de colonização educacional ao qual a população rural foi submetida. Onde princípios básicos da Educação do Campo como atender a peculiaridades e especificidades de cada localidade foram negligenciados ou dependem ainda hoje de iniciativas isoladas de docentes ou gestores de escolas. Presume-se que o processo colonialista praticado no município tinha por finalidade atender a interesses econômicos privados ou mesmo uma intenção de minimizar custos com a educação no meio rural.

O estudo se justifica diante da contemporaneidade da abordagem, visto que trata de um tema que ocupa importante espaço em discussões acadêmicas na



atualidade. O debate sobre o colonialismo educacional em contextos sociais específicos deverá contribuir substancialmente para a compreensão e interpretação de tal processo. Suas causas, intencionalidades e efeitos, de maneira a promover ações no sentido de preservar culturas e atenuar danos decorrentes do colonialismo.

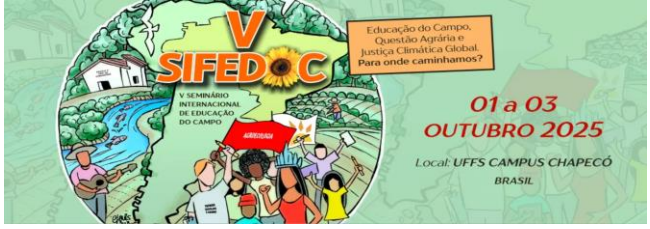
> Mesmo que não linear, disciplinado e articulado, o argumento pós-colonial em toda sua amplitude histórica, temporal, geográfica e disciplinar percebeu a diferença colonial e intercedeu pelo colonizado. Em essência, foi e é um argumento comprometido com a superação das relações de colonização, colonialismo e colonialidade (Balestrin, 2020, p. 91).

A pesquisa se desenvolve sob a perspectiva de um estudo de caso articulado com uma revisão de literatura. A opção se dá em virtude da observação informal do fenômeno estudado que deriva da atuação profissional do pesquisador junto às escolas do campo do município. Igualmente, a revisão de literatura permite que se explore e interprete fatos ocorridos durante o processo de fechamento de algumas escolas e a criação de outras, bem como os interesses implícitos nessa trajetória.

Metodologia

A metodologia é caracterizada por uma abordagem qualitativa descritiva, que utiliza como método o estudo de caso para entender a sucessão de eventos que se conectam durante o potencial processo de colonialismo educacional desencadeado na Educação do Campo de São Gabriel/RS. Para Sampiere; Collado; Lucio (2010), as pesquisas qualitativas tratam da busca pela riqueza dos dados pesquisados, sem se ater a sua quantificação. E a tipologia descritiva que abarca os estudos de caso, visa descrever comportamentos e dinâmicas dentro de um determinado período.

> O Estudo de Caso oferece a possibilidade de alargamento da visão, apreendendo o indivíduo em sua integridade e em seu contexto. A estratégia permite a análise da dinâmica dos processos em sua complexidade, o que constitui sua condição específica de contribuição à construção do conhecimento científico. A abrangência de visão e flexibilidade peculiar dessa modalidade de investigação a caracteriza como instrumento coerente a uma visão sistêmica da ciência (Pereira; Godoy; Terçariol, 2009, p. 428).



Ou ainda, de forma bastante didática, Latorre et al (2003) apud Meirinhos; António (2010, p. 52) detalha a proximidade e a lógica existente entre as pesquisas qualitativas e a utilização do estudo de caso como método.

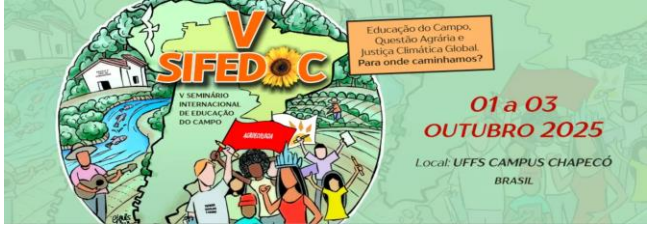
> Os estudos de caso, na sua essência, parecem herdar as características da investigação qualitativa. Esta parece ser a posição dominante dos autores que abordam a metodologia dos estudos de caso. Neste sentido, o estudo de caso rege-se dentro da lógica que guia as sucessivas etapas de recolha, análise e interpretação da informação dos métodos qualitativos, com a particularidade de que o propósito da investigação é o estudo intensivo de um ou poucos casos (Meirinhos; António, 2010, p. 52).

As técnicas de coleta de dados incluíram uma análise documental restrita a menções encontradas nos históricos das escolas criadas no processo de nucleação vivenciado em São Gabriel/RS. Além de uma revisão bibliográfica que também serviu como embasamento teórico para a construção do texto. Os instrumentos de coleta dos dados foram um smartphone para armazenamento de imagens e potenciais depoimentos e o diário de campo para anotações de informações ou relatos de pessoas que tiveram relação com os antigos educandários.

Delimitação histórico-geográfica e socioeconômica

Para contextualizar sobre o local cabe mencionar que o município de São Gabriel/RS apresenta registros históricos relevantes desde a segunda fase jesuítica no Rio Grande do Sul, no aparecimento das primeiras estâncias jesuíticas, nas quais povos indígenas eram catequizados (e colonizados) por padres jesuítas espanhóis, nos Sete Povos das Missões. Em 1750 o território deixou de pertencer à Espanha e passou a Portugal, obrigando os missionários a abandonarem as povoações e levarem consigo os guaranis. Originando a Guerra Guaranítica que culminou na Batalha de Caiboaté, quando além do líder indígena Sepé Tiaraju, foram mortos aproximadamente 1500 guaranis pelo exército luso-espanhol (Figueiredo, 1980).

O município localiza-se no interior do Rio Grande do Sul, na fronteira oeste do Estado. Apresentava população estimada para 2024 de 60102 habitantes, de acordo com o censo demográfico de 2022, sendo aproximadamente 10% residentes da zona rural. Economicamente São Gabriel/RS sustenta sua economia na produção de soja e arroz e na pecuária, onde predomina a criação de bovinos (IBGE, 2025).



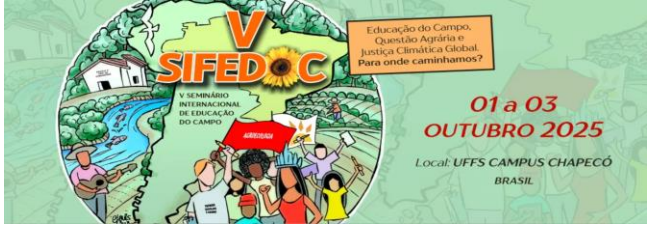
Quanto à composição da população rural ressalta-se que a partir dos anos 2000 o município recebeu um significativo contingente de agricultores oriundos da reforma agrária. Estas famílias foram distribuídas em diferentes assentamentos localizados no interior do município, gerando, logo em seguida, um conflito de interesses entre assentados e agropecuaristas, e em consequência, envolvendo diversos segmentos da sociedade (Rocha; Valentini, 2015).

A presença desses sujeitos impactou também no entendimento da Educação do Campo no município, pois passaram a ganhar maior visibilidade questões inerentes a agricultura familiar e agroecologia. Tais questões estabelecem relação direta com a pesquisa no exato ponto em que abarcam ideias de contraposição ao sistema hegemônico vigente. Ou seja, entre outros aspectos, a percepção de que as escolas do campo devem atender aos princípios da Educação do Campo e seus sujeitos. Num sentido óbvio de promover a formação cidadã, emancipada e crítica. Com capacidade de interlocução em diferentes meios e sem perder de vista que o campo jamais deverá ser compreendido como um lugar de atraso (Teixeira Júnior, 2021). Distanciando-se de conveniências aparentes nas quais as escolas do campo atendiam mais a interesses particulares e estatais do que a princípios educacionais.

A benevolência interessada e as colônias educacionais

O colonialismo, na perspectiva educacional manifesta-se em diferentes formatos, vejamos nessa ordem a organização de conteúdos, centrada, sobretudo no ensino fundamental, e no âmbito das ciências humanas, fundamentada em preceitos eurocêntricos. Lembremo-nos de abordagens que perduram até hoje e que destacam feitos grandiosos durante as grandes navegações: as novas terras descobertas, rotas marítimas, conquistas e dominações. Na geopolítica colonial destacam-se, entre outras questões, a divisão de terras entre as coroas portuguesa e espanhola, os tratados que demarcaram limites e outras influências europeias.

Colonialismo que também se retrata nas ações educacionais dos colonizados, pois vejamos passagens históricas como o ruralismo pedagógico em que se manifesta a clara intenção de se colonizar e povoar o interior do Brasil. Sem grande interesse em uma formação cidadã e autônoma (Sá; Da Silva, 2013).



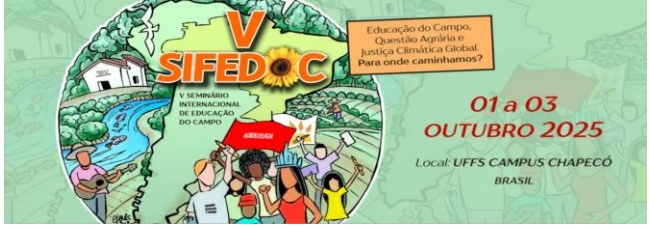
Na Educação do Campo se observa ainda a utilização da política educacional estadunidense de nucleação de escolas. Com o fechamento de escolas inseridas em comunidades rurais para a criação de novos estabelecimentos com maior estrutura e localizadas em pontos estratégicos para a gestão. Valendo-se do uso abusivo de transporte escolar e afastando as escolas das realidades dos estudantes.

Nesse contexto, onde o colonialismo nem sempre é intencional, pois em uma livre interpretação, sujeitos colonizados irão tender a reproduzir uma educação colonizadora, a Educação do Campo de São Gabriel/RS apresenta relevantes indícios de colonialismo educacional. E sem analisar todo o cenário da Educação do Campo do município, percebe-se na criação das escolas polo, durante o processo de nucleação vivenciado no município durante os anos de 1990, a repetição sistemática de doações de áreas para a construção dos estabelecimentos de ensino.

> Para isto, os poderes públicos municipais não consideraram as peculiaridades dos sujeitos do campo para definir suas ações. Apenas, impuseram às comunidades rurais, determinações e decisões, utilizando-se de argumentos generalizados, sem, ao menos, terem possibilitado uma reflexão e discussão sobre os impactos do fechamento das escolas e a construção de outras. Nesse sentido, percebe-se que não foram considerados os significados sociais, políticos e econômicos para a efetivação dessa política municipal (Pastório et al, 2015, p. 93).

Prática que, nas atas de criação das escolas, deixa implícita a benevolência e o interesse na escolarização dos jovens, também permite interpretar outras questões inerentes a este contexto. Das 5 cinco escolas criadas no processo de nucleação, 3 delas levam o nome dos doadores das áreas ou de parentes próximos. Sendo todos proprietários de terras e ligados ao agronegócio ou a pecuária de extensão.

Mais que nos dias atuais, nos anos de 1990 e em períodos anteriores, tais atividades exigiam um vasto contingente de trabalhadores que, ao constituírem família, necessitavam de escola aos seus filhos. Dado que permite interpretar que as doações de terrenos, bem como o auxílio na construção de escolas não representava uma preocupação somente com a escolarização das crianças, mas também uma forma de manter o contingente de trabalhadores. Panorama que se assemelha ao colonialismo patriarcal descrito por Balestrin (2020), e justamente no mesmo recorte temporal em que se deflagram tais discussões que descrevem um cenário em que o sujeito colonizado e subalternizado permanece silenciado.



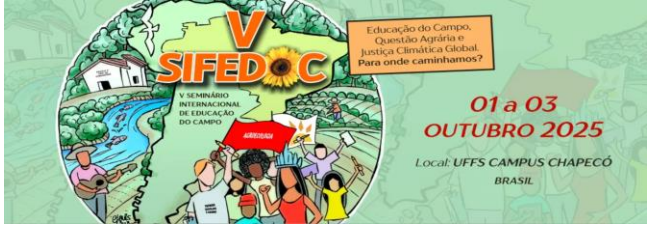
Contribui com este pensamento outra afirmação de Pastório et al (2015), o fato de que as escolas localizam-se próximas de áreas de cultivo de soja e arroz ou ainda de propriedades voltadas para a criação de bovinos em extensão. Igualmente, nos dias atuais em que as escolas do campo vivenciam uma redução significativa no número de estudantes (Teixeira Júnior, 2021), de maneira informal não se percebe uma a presença de benfeitores no cotidiano das escolas do campo. Estariam então as doações e auxílios privados ligados a uma intencionalidade colonialista? E na medida em que a necessidade de mão-de-obra diminui em decorrência da mecanização do trabalho no campo também diminui a benevolência?

Nesse cenário outros pontos são passíveis de análise: O primeiro destes é a localização das escolas polos criadas no processo de nucleação vivenciado no município. Em que as escolas criadas sob o discurso do progresso, melhores condições de acesso e permanência aos estudantes e melhor qualidade no ensino, se traduziu na construção de estabelecimentos educacionais localizados em áreas rurais de grande concentração de renda.

Outro ponto curioso é a existência e funcionamento de uma escola em um vilarejo que se formou no entorno de uma grande propriedade agrícola. Em grande parte, os residentes do local são funcionários da empresa que oferece moradia para algumas famílias de funcionários e, ao que se sabe, condições dignas de trabalho.

No que se refere ao objeto de pesquisa, o fato a ser observado é a potencial influência colonialista que uma escola pública passa a sofrer no ponto em que a oferta de moradia se estende ao docente (necessária para o funcionamento da escola devido à distância da sede do município) e seus familiares venha da iniciativa privada. A questão principal passa então a ser a interrogação sobre a quem interessa a existência e funcionamento desta escola. Ou mais profundamente, quais são os reais interesses de sua existência? Por óbvio, entende-se que onde existam crianças em idade escolar deverá existir escola, mas, por outro lado, também que a escola deverá cumprir seu papel educacional de forma livre, qualificada e autônoma.

O que se questiona é qual a intencionalidade da educação ofertada nesse formato. Se existe uma preocupação pública com a qualidade da educação nesse cenário ou apenas o cumprimento da obrigatoriedade cobertura educacional. Pois no momento em que a interferência externa vem nesse nível é possível presumir que



este estabelecimento possa estar atendendo a demandas alheias as da educação. Sobretudo no que tange a ideia de manutenção de trabalhadores com filhos em idade escolar na localidade e a serviço da empresa.

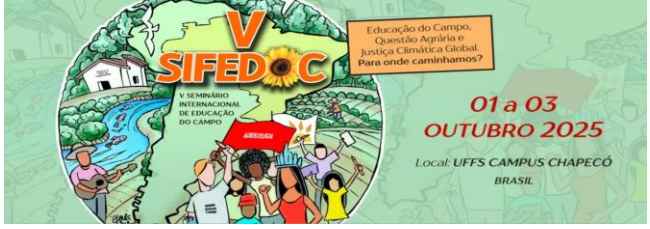
Nesse sentido emerge outro aspecto a observar: em uma escola do campo nesse formato não estariam sendo negligenciados princípios básicos da Educação do Campo como a formação de cidadãos autônomos, críticos e ligados a questões relacionadas com a produção sustentável e o meio ambiente, em favor da manutenção de um sistema colonialista. Que ao estudante fica implícita e inculcada a ideia de que se estuda, cresce, estuda só mais um pouquinho e passa a trabalhar da mesma forma e quiçá no mesmo local que os familiares. E com um pouco mais de sorte também com uma casa emprestada...

> A colonialidade do poder é um conceito desenvolvido originalmente por Aníbal Quijano, em 1989, e amplamente utilizado pelo grupo. Ele exprime uma constatação simples, isto é, de que as relações de colonialidade nas esfe ras econômica e política não findaram com a destruição do colonialismo (Balestrin, 2020, p. 99).

Não há crítica às ações privadas de oferta de moradia para funcionários ou mesmo em um interesse em contribuir com a educação do município, pelo contrário, o que se deve ter claro é que educação pública deve ser indiscutivelmente, pública e com intencionalidades e processos pedagógicos preservados. Sem estabelecer relação de dependência estrutural, financeira ou profissional com interesses privados, sob pena de perder de vista os reais princípios educativos em favor da manutenção de uma educação colonialista.

Herança colonialista na Educação do Campo

Feita esta delimitação passamos a abordar os efeitos resultantes dessas ações. E de maneira bastante objetiva observamos que o principal efeito que resulta do colonialismo educacional materializado sob o processo (importado) de nucleação de escolas é a descontextualização do ensino. Pois vejamos que de acordo com Teixeira Júnior (2021), as escolas do campo de São Gabriel/RS reproduzem, no



campo, o ensino urbano. E, mais além, esta lógica representava até o ano de 2017 o maior motivo de abandono escolar ao final do ensino fundamental no campo.

> Vários autores do campo, como Oliveira (2012) e Alves (2008), afirmam que os currículos se produzem no cotidiano e, muitas vezes, os professores são invisibilizados e sua autoria negada, como se os currículos fossem apenas uma listagem de conteúdos a serem aplicados, desconsiderando os sujeitos que os "aplicam". Esses documentos têm a intenção de padronizar os saberes e os fazeres docentes por meio de aceitação exclusiva e excludente de conhecimentos e objetivos hegemonicamente preestabelecidos (Araújo, 2020, p.195).

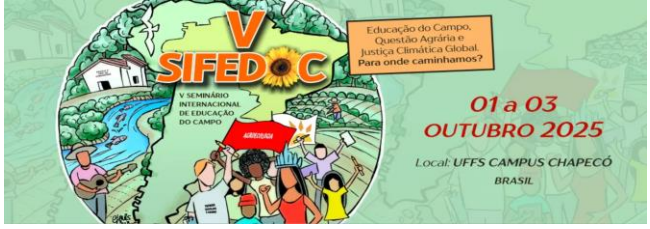
Tratamos de efeitos duradouros, que sob a ótica da colonialidade perpassam o período da nucleação de escolas, doações de terrenos e a manutenção da reprodução de escolas urbanas no campo. Pois vejamos que, no tocante ao colonialismo educacional, não se percebe intencionalidade pública em promover uma educação verdadeiramente do campo, mas, todavia, apenas a devida oferta educacional construída em comunhão com interesses particulares.

Portanto, a descontextualização do ensino se reflete como herança colonial que não se atém a questões como distanciamento entre práticas escolares e contexto de vida das comunidades, condicionando dos estudantes a longos períodos em transportes escolares e privação do convívio familiar.

E, na medida em que se diminuiu a necessidade de mão-de–obra no campo, o que se percebeu foi uma perda de interesse da iniciativa privada nas escolas do campo de São Gabriel/RS. Fato que parece relegar apenas às comunidades escolares a promoção e as pressões por uma educação verdadeiramente do Campo. Em que se inserem as ações pedagógicas isoladas de professores e gestores no sentido de disseminar ideias de educação ambiental, agroecologia, economia solidária entre outras atividades que contem com a participação das comunidades em que se inserem as escolas.

Conclusão

Não cabe pensarmos em uma desconstrução total de paradigmas que balizaram a formação de uma sociedade colonizada. O eurocentrismo, assim como o urbanocentrismo, são legados colonialistas com raízes profundas e fortes. Trata-se



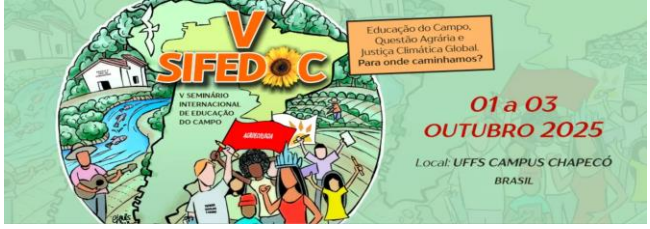
de realidades postas e marcas indissociáveis nas sociedades colonizadas. E no que tange esse estudo, o conceito principal da decolonialidade já expressa essa impossibilidade de que seja desfeita essa sobreposição de uma cultura ante outra.

> Basicamente, a decolonização é um diagnóstico e um prognóstico afastado e não reivindicado pelo mainstream do pós-colonialismo, envolvendo diversas dimensões relacionadas com a colonialidade do ser, saber e poder (Balestrin, 2020, p. 108).

Assim, ao retomarmos o problema central da pesquisa que trata de um potencial processo de colonialismo educacional vivenciado pela Educação do Campo de São Gabriel/RS e seus respectivos efeitos nos contextos históricos e pedagógicos, é possível concluir de acordo com a metodologia utilizada, que este episódio de fato, não apenas existiu como se mantém presente no ideário local.

Colonialismo que se expressa e desde já oferece resposta ao objetivo específico de compreender a intencionalidade do processo de nucleação das escolas do campo de São Gabriel/RS e os principais interessados. Pois segundo a literatura encontrada, primeiramente detectam-se ações colonialistas no processo de fechamento de escolas em função da criação de outras, com a ideia principal de equacionar finanças municipais (Pastório et al, 2015). Sobretudo, em localidades de maior concentração de renda, de patrimônio e de exploração de mão-de-obra. Ação que atendeu uma intenção do poder público e incorporou no contexto educacional empresas de transporte e grandes produtores rurais com interesses que não expressam uma preocupação clara com a Educação do Campo no município.

O objetivo específico de estabelecer um diálogo sobre concepções teóricas da Educação do Campo e o processo de colonialismo observado foi parcialmente alcançado. Pois ao abordar esta relação entre concepções teóricas e colonialismo na Educação do Campo o que se percebeu foi um distanciamento entre teoria e prática, principalmente no que se refere à descontextualização do ensino já mencionado anteriormente. Estabelecendo relação direta e conceitual com princípios colonialistas, em que se percebe uma inculcação das culturas urbanas sobre as rurais na seara da educação. Em um ideário que implanta o pensamento de que o urbano ou o importado sempre será melhor e, nesses contextos há de residir o conhecimento. A abordagem desta temática permite pensar que se caminha para



alcançar o objetivo, pois joga luz sobre um assunto oculto no ambiente da pesquisa. Mas não se chega ao objetivo de maneira total enquanto o debate não atingir demais segmentos inseridos na Educação do Campo municipal, como gestão pública, professores e membros das comunidades escolares.

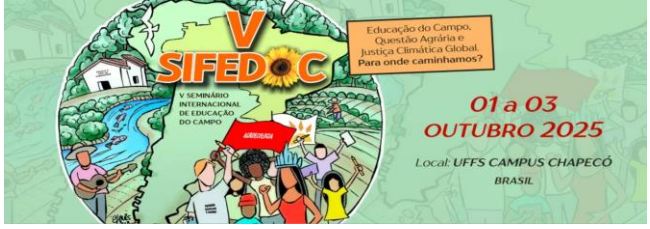
Assim, enquanto já nos referimos ao objetivo principal do estudo que buscou estudar impactos do processo de colonialismo educacional na Educação do Campo de São Gabriel/RS. É possível referir que a revisão de literatura e a análise de poucos documentos, juntamente com as saídas de campo permitiram detectar uma latente descontextualização do ensino no campo diante da inexistência de um currículo específico. Fato que evidencia além da manutenção de uma percepção urbanocêntrica da educação, a negação de princípios básicos da Educação do Campo, como as adaptações curriculares, de calendário e a observação de particularidades e especificidades inerentes a cada localidade, previstas em lei.

Dito isso, enquanto se tem clara a confirmação da hipótese de que o cenário atual da Educação do Campo de São Gabriel/RS é resultado de um processo de colonização educacional ao qual a população rural do município foi submetida, tendo em vista a detecção de fatores como a descontextualização do ensino e a negação de princípios básicos da Educação do Campo, também se entende a necessidade de ampliação dos debates sobre a temática. E diante da contemporaneidade e abrangência do tema que justificam a pesquisa, acredita-se na importância de ações efetivas que viabilizem a ressignificação de práticas perenes no cenário observado.

Ao se compreender que o conceito de decolonialidade entende que transformações sofridas por populações não poderão ser desfeitas, também se entende que no âmbito da Educação do Campo possa se resgatar, valorizar e incluir valores e elementos próprios de comunidades onde se inserem as escolas do campo. Em um sentido de amenizar e oferecer resposta ao colonialismo sistemático de outrora e com intencionalidade de nova perspectiva educacional para o futuro.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Helena Maria Marques. Narrativas e memórias outras no ensino de História. In: CANDAU, Vera Maria. (Org.). *Pedagogias decoloniais e interculturalidade: insurgências*. Rio de Janeiro: Apoena, 2020. p. 193-203.



BALESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. Brasília. **Revista Brasileira de Ciência Política**.

FIGUEIREDO, Osorio Santana. São Gabriel desde o princípio. 2.ed. Santa Maria: Pallotti, 1980.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo Demográfico 2022: resultado da pesquisa. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: < https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/sao-gabriel.html>. Acesso em: 01/07/2025.

MEIRINHOS, Manuel; OSÓRIO, António. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. **EduSer**, v. 2, n. 2, 2010.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. Resistências decoloniais: O ser e o viver em Enrique Dussel e Paulo Freire. In: CANDAU, Vera Maria. (Org.). *Pedagogias decoloniais e interculturalidade: insurgências*. Rio de Janeiro: Apoena, 2020. p. 23-34.

PASTÓRIO, Eduardo et al. Nucleação das escolas do campo: o caso do município de São Gabriel/RS. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/9444> Acesso em: 28/01/2025.

PEREIRA, Laïs de Toledo Krücken; GODOY, Dalva Maria Alves; TERÇARIOL, Denise. Estudo de caso como procedimento de pesquisa científica: reflexão a partir da clínica fonoaudiológica. **Psicologia: Reflexão e crítica**, v. 22, p. 422-429, 2009. Disponível em: < https://www.scielo.br/j/prc/a/Rjm8bQcZJjSn4MXZCpNzyLj/?lang=pt>. Acesso em: 11/06/2025.

ROCHA, Jefferson Marçal da; VALENTINI, Lydia Maria Assis Brasil. **Escola do Campo**: desafios para o enraizamento de uma prática educacional democrática. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

SÁ, Elizabeth Figueiredo; DA SILVA, Marineide Oliveira. O Ruralismo Pedagógico: uma proposta para organização da escola primária rural. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, 2013, 11.23: 61-83.

SAMPIERI, R. Hernández; COLLADO, C. Fernandéz; LUCIO, M. del P. Baptista. **Metodologia de la investigacion**. Cidade do México: Subsidiary of The McGraw-Hill Companies. 2010.

TEIXEIRA JÚNIOR, Dinarte. Conclusión de la enseñanza primaria en dos escuelas rurales: el desafío de la continuidad. MS thesis. Universidad de la Empresa, 2021. Disponível em: < https://rita.ude.edu.uy/bitstream/handle/20.500.12755/209/DINARTE%20TEIXEIRA%20J%c3%9aNIOR%20.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15/06/2025.